



1

FRANCISCO DE OLIVEIRA

A PRODUÇÃO DOS HOMENS:
NOTAS SOBRE A REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO SOB O CAPITAL*



I. INTRODUÇÃO

Não existe, acabada, uma teoria marxista da população; de início, essa ressalva é importante, não apenas para, honestamente, não se dar a impressão de que se tem algo muito concreto para dizer, mas principalmente para pôr em relevo, o que é uma séria lacuna da teoria marxista. O inacabamento teórico do tema *população*, na obra de Marx, é explicável apenas parcialmente pelo fato de que sua preocupação dirigiu-se a explicar o *capital*. *Imediatamente*, pois, sua atenção estava voltada para o entendimento e a compreensão do nascimento do capital que arrancava do momento inicial da expropriação e da separação do trabalhador dos meios de produção: neste preciso momento, pois, a *população em si* já existia; a metamorfose do sistema, *no que ele tinha de original, consiste precisamente, naquela separação*, isto é, a transformação do trabalho em força de trabalho; estabelece-se, a partir daquele momento, a *população para o capital*. A recusa de Marx a ver “leis de população” no sentido malthusiano é apenas a enunciação de sua própria “lei” de população: a de que a reprodução da população está indissolúvelmente ligada ao modo de produção social. Em termos do próprio Marx: “. . . , por tanto, al producir la acumulación del capital, la población obrera produce también, en proporciones cada vez mayores, los medios para su propio exceso relativo. Es esta una ley de población peculiar del régimen de producción capitalista, pues en realidad todo régimen histórico concreto de producción tiene sus leyes de población propias, leyes que rigen de um modo historicamente concreto. Leyes abstractas de población solo existen para los animales y las plantas, mientras al hombre no interviene historicamente en estos reinos”.¹

Para tomar dois exemplos, na teoria — esta também inacabada — do modo de produção asiático está presente uma “lei” de população desse modo, que se expressa na proporcionalidade entre terra e famílias que formam a comunidade, mediada pela redistribuição do excedente a partir do Estado; assim como a teoria do “exército industrial de reserva” faz parte da “lei” de população no modo de produção capitalista. Com esses dois exemplos, quer-se dizer apenas que há “leis” de população na teoria marxista, não gerais, mas específicas de cada modo de produção social.

A dificuldade de uma teoria marxista da população reside precisamente na especificidade que ela deve tomar em cada modo de produção social. Seu desvendamento apenas pode dar-se quando se consegue isolar o que é que especificamente *determina* a reprodução do modo de produção social, qual é sua circularidade e o que é essencial para sua reposição. No entanto, seria lamentável não reconhecer que se dispõe do ponto de partida: o de que o específico do modo de produção capitalista é a sua forma

de gerar valor a partir da apropriação do trabalho não-retribuído, isto é, da mais-valia. A valorização do valor, conteúdo fundamental da produção capitalista, é o processo dessa apropriação do trabalho não-retribuído e, ao mesmo tempo, seu resultado. Ora, esse processo tem como pressuposto fundamental a existência e a reprodução ampliada de *uma população para o capital*. Esta população para o capital é a força de trabalho; no entanto, é aqui precisamente que a teoria marxista se separa radicalmente, não apenas do malthusianismo, mas de toda a moderna demografia. Pois a pesquisa que a teoria marxista requer para dar conta da relação entre esta população para o capital e a população como um todo não começa a partir desta última mas a partir do capital como um todo e, especificamente, a partir do capital variável e de seu posicionamento na equação geral do capital.²

Esse afastamento radical não pode ser menosprezado, se se almeja realmente um confronto teórico entre correntes de pensamento distintas e mais, se se quer fazer desse confronto um fator de vivificação da teoria e da pesquisa sobre a população. O afastamento entre Marx e Malthus é, em primeiro lugar, de natureza *teórica* propriamente dita, e em segundo, é claro, de natureza ideológica. Mas seria anticientífico não reconhecer o *status* teórico de Malthus: sua teoria da população ou, mais rigorosamente, sua “lei de população” é consequência de sua teoria dos salários e de sua teoria do valor; é, em síntese, uma elaboração que se fundamenta sobre a natureza e o caráter de *relações sociais*, distinguindo atores e agentes sociais específicos. E é sobre essa fundamentação teórica que Marx dirige seu ataque a Malthus. Que a teoria malthusiana tenha sido transformada numa mera e vulgar “aritmética dos coelhos” é uma responsabilidade que se deve imputar aos próprios seguidores de Malthus, velhos e novos, não a seus críticos.

No que diz respeito à demografia, o afastamento em relação ao marxismo é mais radical: é de natureza *científica* e não apenas teórica e ideológica. Pois não há *teoria* na velha e nova demografia. Partindo exatamente da população como um todo, a demografia não trabalha sobre *relações sociais*, quaisquer que elas sejam. Toma a população como uma abstração e, portanto, não é paradoxal mas inerente a esse método que a demografia estude a população da mesma forma que estuda qualquer outro conjunto de seres vivos: seu tamanho, sua morte, sua estrutura de idades, sua fertilidade, sua fecundidade. A sofisticação instrumental progressiva não altera os termos do próprio método, e os esforços de introduzir e correlacionar *atos sociais* com as chamadas variáveis demográficas não solucionam nenhuma das questões. A demografia, nestes termos, não passa de uma genética aplicada ao social, mas não consegue chegar a ser uma *genética do social*.

Ora, na sociedade — e não digo sociedade humana propositalmente — *o genes é a relação social* e não está nos indivíduos. Isto não é uma aportação do marxismo, diga-se de passagem, mas uma conquista muito antiga da

ciência social; a contribuição do marxismo foi a de recuperar precisamente essa descoberta, determinando-lhe seus contornos históricos e portanto sua mutabilidade, salvando a ciência social de converter-se numa espécie de história natural. Para que serve esta digressão no contexto do nosso tema? Precisamente para lembrar que a história é a produção dos homens pelos próprios homens de uma forma geral e, especificamente, a história da exploração do homem pelo homem. A contribuição do marxismo foi a de desvendar que essa produção e essa exploração se fazem e se dão pela produção das coisas, ou mais especificamente no capitalismo, pela produção das mercadorias. O desvendamento que se requer é de como a produção das mercadorias *produz* a população. Isto deveria servir para afastar a tentação de utilizar e seguir utilizando métodos que são próprios para conhecer a natureza, mas que são impotentes para conhecer o que se afasta dela. A população *não é natural*, em nenhum sentido, a não ser remotamente no sentido biológico, mas esta última constatação não faz avançar em nada o conhecimento da natureza social da população.

II. CONCEITO MARXISTA DA REPRODUÇÃO HUMANA

Ao partir das colocações anteriores, pode parecer que a tarefa do desvendamento das relações entre o capital e a população terminaria por uma tautologia de refazer-se o estudo do capital, o que nos retiraria precisamente o ponto de partida de que se pensa dispor. Entendo que o marxismo deve constantemente aceitar esse desafio, inclusive e principalmente porque as novas formas do capitalismo em sua etapa monopolista colocam novos problemas reais irresolutos, o que é verdadeiro também para as relações entre o capital e a população.

Mas o ponto de partida permanece: o da produção do valor através do trabalho não-retribuído. Isto remete imediatamente à primordial tarefa de dar concreção à abstração que é a população como um todo, e essa concreção começa pela distinção e reconhecimento de que existem “várias populações”. Deixaremos para mais adiante a tentativa de concreção que se requer, para pesquisar a possibilidade de recuperação dos conceitos básicos da reprodução humana.

Em termos demográficos — e aqui começo a pisar num terreno cheio de armadilhas para um não-especialista — parece que os conceitos essenciais para pensar a reprodução humana são a mortalidade e a fertilidade, válidos ademais para pensar a reprodução de quaisquer espécies animais e vegetais. O marxismo recupera esses conceitos, dando-lhes *especificidade humana*, colocando-os de pé e unificando-os dialeticamente sob o conceito de “gasto de trabalho”.

A mortalidade é um “gasto de trabalho”, que se apresenta ora sob a forma de “desperdício de trabalho” ora sob a forma de “economia de trabalho”;³ a mortalidade é um “gasto de trabalho” na medida em que a produção de mercadorias e seu desdobramento natural, a produção de mais-valia, “consome” forças de trabalho. E as *consome* realmente, pois o próprio consumo produtivo da força de trabalho, isto é, a incorporação do valor, é um consumo físico. O consumo das forças de trabalho é irreparável na medida mesma em que a produção de mercadorias e a produção de mais-valia *assentam-se na apropriação de trabalho não-retribuído*, e o produto do trabalho aparece como pressuposto ou re-posição da continuação do processo; fisicamente, ele será também irreparável na medida em que o salário estiver por debaixo do custo de reprodução. Essa contradição é insanável no modo de produção capitalista, e por ela ou através dela se pode perceber *o que é a real submissão* da força de trabalho ao capital.

A mortalidade, pois, é função do “consumo” das forças de trabalho. Seus níveis, taxas, coeficientes gerais e específicos, dependem, em última análise, dos níveis de exploração da força de trabalho, da intensidade da exploração, da brutalidade da exploração. Mesmo a mortalidade das classes não-trabalhadoras também pode ser pensada pelo mesmo crivo da teoria do valor: a mortalidade das classes não-trabalhadoras, constituídas pela própria burguesia e pelos seus funcionários, é a negação da negação: ela é geralmente o inverso da mortalidade das classes trabalhadoras, precisamente porque *não* há “consumo” de forças de trabalho dessas classes. Se a mortalidade das classes trabalhadoras é função direta do “consumo” de suas forças de trabalho, a mortalidade das classes não-trabalhadoras, é função inversa da primeira, isto é, é função direta dos níveis de mais-valia apropriados e de sua repartição entre capital e renda. Como, apesar de não haver “consumo” de força de trabalho das classes não-trabalhadoras, e nem por isso elas são imortais ou constituídas de indivíduos imortais, é aqui que comparece a base propriamente biológica *do conjunto da população humana*, a qual se apresenta diferenciada para grupos especiais da população — as classes sociais — pelo “consumo” ou “não-consumo” das forças de trabalho. (Até historicamente pode-se comprovar que a longevidade tem sido um atributo das classes dominantes, em todas as latitudes).

Se a mortalidade é o lado do “consumo” das forças de trabalho ou da sua negação, a fertilidade responde pela reposição de *uma* das reservas das forças de trabalho, *talvez a mais remota reserva* (e não a mais próxima), que é a reprodução da população; pois sob o capitalismo, a mais próxima reserva de forças de trabalho é o próprio “exército industrial de reserva”, cujos movimentos de expansão e/ou de contração são determinados pelo ciclo da acumulação de capital e não pelos movimentos demográficos.

Entretanto, parece absolutamente claro que a fertilidade é subordinada à mortalidade, ou em outras palavras, a mortalidade é *sobredeterminante* no conjunto dialético mortalidade-fertilidade ou na reprodução da população. A fertilidade deve ser entendida como um componente do custo de reprodução da força de trabalho, compreendida portanto como um aspecto do “gasto de trabalho” já referido. Mais explicitamente: o trabalhador, na sua submissão formal e real ao capital, *não é dono sequer dos meios de consumo que consome, nem de sua família*. Uma certa teorização *soi disant* econômica da fertilidade supõe que o trabalhador *planeja* sua prole ou sua produção de filhos sob duas vertentes: a primeira, de um marxismo vulgar, a de que ele planeja a reprodução da força de trabalho *necessária* para a reprodução do capital; a segunda, de inspiração neo-clássica e marginalista, a de que ele planeja sua família e o tamanho dela tendo em vista a produtividade marginal decorrente de ter um ou mais filhos, ou de simplesmente não ter nenhum; em outros termos, na vertente marxista vulgar, o trabalhador contribui para reproduzir o capital reproduzindo sua classe através de sua família, enquanto na vertente neo-clássica e marginalista o trabalhador, através do planejamento de sua família, otimiza sua função-consumo.

O erro das teorizações econômicas da fertilidade, em qualquer de suas variantes, é o de considerar ou tomar o trabalhador *como proprietário*, no caso, de sua família. Mesmo a variante que aqui chamo de “marxista vulgar” permanece atada ao mundo da produção de mercadorias, em que o trabalhador *ainda era proprietário* de sua força de trabalho, não completando ou desdobrando a passagem para um modo de produção de mais-valia, no qual o trabalhador não detém sequer aquela propriedade: a submissão real do trabalho ao capital se reveste apenas de forma jurídica do contrato, mas na verdade já não há vontades autônomas que pactuam. *O trabalhador contribui para a reprodução do capital entregando a este o trabalho não-retribuído, produto da ação de sua força de trabalho sobre os meios de produção*.

Nesta situação, a fertilidade do trabalhador é, para o capitalismo, um dado; este submete o trabalhador à uma espécie de “animalidade social”. Sua fertilidade é, pois, um *ethos* complexo e combinado de *ausência* de propriedade e fundo biológico; nestas condições, sua fertilidade atingirá o máximo que suas condições biológicas permitem. Marx fornece uma pista para essa colocação: “*De hecho, no solo la masa de los nacimientos y defunciones, sino también la magnitud numérica de las familias se halla en razón inversa a la cuantía del salario, es decir, de la masa de medios de vida de que disponen las diversas categorías de obreros. Esta ley de la sociedad capitalista sonaría a disparatado entre salvajes, e incluso entre los habitantes civilizados de las colonias. Es una ley que recuerda la reproducción*”

en masa de especies animales individualmente débiles y perseguidas”. (Grifos no original).⁴

“Sonaría a disparatado entre salvajes”, e no entanto é “natural” no mundo da produção de mais-valia. Ao dissociar o trabalhador dos meios de produção, o capital rompeu, certamente, uma das determinações entre população e modos de produção anteriores, para colocar agora a sua própria. A fertilidade, nesse contexto, é a redução do proletariado à sua *naturalidade social operária*. O casamento ou a constituição da família operária é, bem ao contrário do que pode ser verdadeiro para outras classes, não a maneira de perpetuar a espécie, mas uma forma de defesa: ao modo dos leões, o casamento operário é uma forma de caçar, neste caso da própria caça. Apresenta-se de início tão somente como uma forma de defender-se da exploração, em que se unem homem e mulher para, mediante a venda da força de trabalho de um e a produção de valores de uso domésticos de outro, defenderem-se e sobreviverem à exploração.⁵ Os filhos ou a prole são um resultado dessa *naturalidade social operária e nunca um pressuposto*.

O tamanho da família operária não pode ser pensado, pois, como um *ex-ante* ou um pressuposto *para o próprio trabalhador*; ele é um resultado, que não se repõe para o trabalhador, mas apenas para o capital. Pensar a produção de filhos como se fossem mercadorias leva a um duplo equívoco: o primeiro é o de esquecer que a mercadoria é a *força de trabalho*, e não o trabalhador ou seus filhos, e o segundo é pensar os filhos como uma mercadoria que pertencesse ao trabalhador. Os filhos fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho *como um resultado aleatório*, não planejado, e essa aleatoriedade está presente no fato de que os salários não são pagos tendo em vista o tamanho da família do trabalhador, mas determinados, de um lado, pela virtualidade técnica que ele transfere ao capital, e de outro, pelo valor que ele incorpora ao produto. A especial combinação *interna à família do trabalhador* de venda de força de trabalho mais produção doméstica de valores de uso, apenas aproveita ao capital, no sentido de pagar salários mais baixos à força de trabalho que o seu próprio custo de reprodução. E neste sentido seria até desvantajoso ao trabalhador ter uma família grande, ao contrário de uma pequena. Mas, por que mesmo ante uma evidência desse tipo o trabalhador não “controla” sua fertilidade e, em última instância, o tamanho de sua família? A resposta é que, nestas condições, paradoxalmente, um tamanho menor de família ou uma fertilidade mais baixa *não tem como resposta*, do lado do capital, uma elevação de salários e, neste caso, a situação individual do trabalhador pode até piorar.

O desdobramento da dialética mortalidade-fertilidade tem seu desvendamento através da pesquisa do custo de reprodução da força de trabalho e,

em última análise, do “gasto de trabalho”. O que o capital paga ao trabalhador, ou em termos mais rigorosos, o que o capital variável é, é tão somente o valor da força de trabalho *utilizada ou consumida* pelo processo de produção. Este quantum *nada tem a ver*, enquanto pressuposto para o operário, com o fato de que este tenha ou não família grande ou pequena. A constituição da família operária, conforme já se adiantou, é uma constituição defensiva: através da combinação da venda da força de trabalho e da produção doméstica de valores de uso, que implica *também* em “gasto de trabalho”, determina-se o custo de reprodução da força de trabalho. Tendo como *resultado* a existência de filhos, a manutenção destes implica necessariamente *apenas* no incremento da produção doméstica de valores de uso; a remuneração da força de trabalho vendida para o capital é determinada por esta combinação e, portanto, suas variações não são influenciadas pelo aumento ou diminuição da família; a competição que o capital instaura no seio do próprio operariado não resulta, em primeira instância, do tamanho das famílias, senão das variações cíclicas do processo de acumulação. Mas a circularidade do capital toma como *resultado* a peculiar combinação do custo de reprodução da força de trabalho e a repõe como pressuposto para a determinação dos salários.

A fertilidade, pois, pode ser compreendida como um “gasto de trabalho”. Sua relativa estabilidade ao longo do tempo, o que induz à ênfase sobre sua determinação biológica, revela tão somente que suas modificações são determinadas mais pelo nível das forças produtivas a longo prazo, do que pelas variações cíclicas do processo de acumulação, ou, se se quiser, pelas contrações e/ou expansões do exército industrial de reserva. Inicialmente entregue às determinações da *naturalidade social operária* ou, o que é o mesmo, da *animalidade social operária*, ela é um resultado que não se repõe, um produto que não é pressuposto. Nestas condições, costuma ser alta inicialmente e metamorfoseia-se em produção doméstica de valores de uso; sua relação com o custo de reprodução da força de trabalho aparece clara e também seu aspecto de “gasto de trabalho”. A elevação do nível das forças produtivas ou, o que é o mesmo, da acumulação de capital, termina por requerer a destruição da produção doméstica de valores de uso, não apenas pela inserção da mulher nos contingentes da força de trabalho, mas principalmente pela total transformação ou desdobramento da produção de mercadorias em produção de mais-valia. Aí a fertilidade começa a declinar, já que como aspecto do custo de reprodução da força de trabalho, altas taxas de fertilidade requerem produção doméstica de valores de uso, incompatíveis e inviáveis *vis-à-vis* a produção de mais-valia. Também entra em cena um novo ator; a transformação da “classe em si” em “classe para si”, que destrói a *animalidade social operária* e leva, portanto, a que, pela primeira vez, possa-se

falar em “comportamento reprodutivo” da classe operária, transformando os termos de sua mortalidade e de sua fertilidade.⁶

Pode uma recuperação teórica desse tipo do conceito da fertilidade ter um grau de abrangência suficiente para torná-la extensiva à fertilidade das classes não-trabalhadoras? O nosso ponto de partida foi o de que é a forma de gerar valor de cada modo de produção que fornece a pista essencial para a pesquisa da *relação social* que encobre por sua vez as relações entre modo de produção e população. Por isso, acreditamos que é, outra vez, sob o crivo da teoria do valor que se deve e se pode avaliar a suficiência explicativa de um conceito marxista da fertilidade que inclua as classes não-trabalhadoras. Também aqui, o conceito duplamente determinado do “gasto de trabalho” pode explorar esse terreno. A oposição antagônica entre proprietários e não-proprietários sugere uma primeira pista, mas todo o cuidado é pouco para não se confundir a dialética com um método dedutivo e mecânico de oposição, o que nos levaria a anunciar que a fertilidade das classes não-trabalhadoras é simplesmente o contrário da que se observa para as classes trabalhadoras. Em diversas situações, o comportamento fértil das classes antagônicas pode, freqüentemente, indicar a mesma direção: fertilidades altas ou baixas, mas o sentido delas é radicalmente diferente; pode também indicar direções opostas, mantendo no entanto também sentidos diferentes. A unidade, em qualquer caso, é uma unidade de contrários: tanto as classes trabalhadoras quanto as não-trabalhadoras coabitam o coração da contradição, que é o capital. Ambas estão submetidas às férreas determinações do processo de valorização do valor, embora em sentidos radicalmente distintos: tanto o trabalhador que não se submete formal e realmente ao capital não se reproduz, quanto o capitalista que não acumula também não se reproduz enquanto *persona* do capital.

Se, do ponto de vista da classe trabalhadora, a pesquisa requer o conhecimento das formas do seu “consumo” pelo capital, do ponto de vista das classes não-trabalhadoras a pesquisa requer o desvendamento das formas pelas quais elas se apropriam daquele “consumo”. Isto é, numa família camponesa, por exemplo, uma alta fertilidade é, em primeiro lugar, determinada pela mortalidade e, em segundo, pelo grau de *animalidade social* a que ela é submetida; essa dupla determinação tem uma forma peculiar desde que o camponês ainda detém certa margem de propriedade sobre a terra e seus instrumentos de trabalho, que é o *meio de produção* essencial de uma economia camponesa. Uma fertilidade alta, neste caso, pode simplesmente revelar a dinâmica de *manutenção* dessa propriedade sob as condições de sua relação com o pólo dominante da economia mercantil. Já no caso do senhor de terras, que freqüentemente é também *persona* do capital mercantil, uma alta fertilidade pode revelar uma das formas de ampliação da dominação e

controle *sobre* a economia camponesa, duplamente determinada também pela relação com o principal meio de produção, a terra. Aqui, uma alta fertilidade tem um sinal diferente: ela *não* é a expressão de uma *animalidade social*, mas seu contrário, e pode perfeitamente expressar um “planejamento familiar” que é o mecanismo através do qual a classe proprietária latifundiária reproduz o elemento da dominação social: a relação social que está encoberta por esse fenômeno demográfico é a da apropriação das terras e controle da economia camponesa. Aliás, fácil seria encontrar na história constatações desse tipo de “comportamento reprodutivo”: a crônica das proles numerosas no baronato, dos casamentos cruzados entre distintos feudos, a própria história da realeza, enfim, são mostras desse “comportamento reprodutivo” que utilizou a *forma* das famílias numerosas como mecanismo de controle da *relação social* fundamental.

Sob o capitalismo, a questão ganha contornos menos nítidos: instala-se o fetichismo das mercadorias e, portanto, a *relação social* privilegiada é radicalmente distinta. Até certo ponto, o capitalismo concorrencial conservou a forma das famílias numerosas como uma técnica de cissiparidade do controle do capital e de sua ampliação. À medida, porém, que a acumulação de capital avança, o capital passa a ser *não apenas* o controle de vastas massas operárias e a apropriação do trabalho não-retribuído para ser também e simultaneamente o *controle de outros capitais*: é a concentração e a centralização dos capitais; o capitalista já não é a *persona* do capital, mas seu funcionário principal. E a alteração do seu “comportamento reprodutivo”, que sob o aspecto da fertilidade começa a declinar, não é nem de longe um reflexo das virtudes vitorianas: não é porque vastas famílias consumissem proporção considerável da mais-valia sob a forma de renda, que se contrai o tamanho da família burguesa. Esta se contrai fundamentalmente porque a sociedade anônima ou a sociedade por ações é um *capital sem persona*. A um crescimento por cissiparidade que utilizava um mecanismo de alta fertilidade para multiplicar o controle de pequenos grupos de operários por pequenos volumes de capital, sucede-se um mecanismo de centrifugação em que imensos volumes de capitais controlam vastas massas operárias: a lei agora é a da concentração potenciada pela centralização; a lei não é a de dividir para reinar, mas a de somar para crescer. Os reflexos desse processo até o nível do casamento burguês são, por exemplo, o casamento com separação de bens, paradoxo aparente da soma para crescer, e o pequeno tamanho da prole. O tamanho da família *funcionária* do capital é uma função inversa do tamanho do capital. Neste caso, baixas taxas de fertilidade convergentes das classes antagônicas têm sentidos radicalmente distintos: uma, é uma saída do nível da *animalidade social operária*; outra, é a desaparecimento da *persona* do capital, é o embrutecimento pessoal da burguesia. Ambas desdobram-se sob as deter-

minações férreas emanadas da forja do que Marx chamou “esse vulcano moderno”, o capital em sua fase monopolista.

O núcleo da tese que aqui se sustenta, que consiste em tomar a reprodução da força de trabalho como *determinante dos fenômenos demográficos*, ao contrário da tradição da própria demografia, encontra demonstração na própria história demográfica dos países que lideraram a expansão capitalista. Essa história demográfica não ruiu apenas com o apocalipse malthusiano do crescimento incontrolável do número de pobres; mais que isso, a história demográfica de países como a Inglaterra, a França, a Alemanha, os próprios Estados Unidos e mais todos os países da Europa ocidental, mostra que tanto as taxas de crescimento populacional quanto o tamanho absoluto das populações é uma resultante determinada, *em primeiro lugar*, pela mortalidade e fertilidade da força de trabalho e pela dialética do “consumo” dessa força de trabalho pelo capital. É o tamanho e a qualidade da força de trabalho consumida que determinam o próprio tamanho da população trabalhadora e do seu contrário demográfico, as populações não-trabalhadoras.

III. PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA E POPULAÇÃO PARA O CAPITAL

Radical no que pode vir a ser uma teoria marxista da população é que *a população para o capital não é imediatamente população* (entendida esta no sentido de um conjunto de indivíduos da mesma espécie) mas uma potência desta: de fato, *força de trabalho não é população*, mas a capacidade de trabalho de uma população. Essa capacidade de trabalho pode ter um limite mínimo, assimilado à pura força muscular do homem, mas seu limite máximo é *completamente elástico* em relação ao estoque de população: essa elasticidade quem dá é o *capital*, pelo processo de consumo da força de trabalho viva potenciada pelo trabalho morto ou pelo capital acumulado.

Esta é a dificuldade basilar que responde pela impossibilidade de desvendar a relação entre população e modo de produção *demograficamente*, pelo menos sob o capitalismo, onde a própria força de trabalho foi transformada numa *mercadoria*, cujas flutuações, taxas de crescimento, mortalidade, fertilidade, estruturas etárias e movimentos migratórios são funções do nível e da taxa de acumulação e do seu ciclo. Talvez, a única possibilidade de apanhar a relação “modo de produção X população” resida no exame das repercussões que a produtividade do trabalho guarda com os estoques de população de onde provém a força de trabalho, dado o caráter sintético da produtividade do trabalho, que expressa contraditoriamente a potência da acumulação e a potência da força de trabalho. Este é o caminho que se tenta percorrer nestas notas, através da recuperação dialética dos conceitos de

mortalidade e fertilidade sob o conceito duplamente determinado de “gasto de trabalho”.

Marx diz que, na sua infância, o progresso da acumulação tropeçava com as *barreiras naturais da população operária explorável*.⁷ Que são essas “barreiras naturais”? É o encontro da acumulação capitalista com uma oferta de força de trabalho que provinha de estoques populacionais cuja reprodução era determinada por outros andamentos da relação “população-modo de gerar valor”, por “leis de população” anteriores ao capitalismo. Essas barreiras eram “naturais” para o capitalismo na medida mesma em que eram “sociais” para modos de produção historicamente anteriores e concretos. O capitalismo vai determinar, a partir desse encontro, sua forma *social* de reprodução do operariado, e essa forma social desborda as barreiras naturais anteriores pela liquidação das determinações da reprodução da população nos estágios anteriores. Pela violência social: trabalho de crianças e de mulheres, dilatação das jornadas de trabalho, *enclosures*, expulsão da população rural para as cidades, *poor's houses*, enfim dissolução completa das anteriores relações entre produtores e meios de produção. A geração dessa *população para o capital* salta as *barreiras naturais* da reprodução humana, para além e independentemente do tamanho absoluto da população e de suas taxas de crescimento vegetativo. Do ponto de vista, pois, da *população para o capital*, a pesquisa que se requer *não* é a de procurar determinar o conjunto de população da qual emana a força de trabalho, mas exatamente o contrário, isto é, o de examinar de que modo a geração de força de trabalho ou de uma população para o capital determina e influi sobre o conjunto da população. Mais explicitamente, traduzindo em termos demográficos, requerem-se primeiro as determinações precisas da mortalidade e natalidade (compreendida aqui a fertilidade) da força de trabalho para, em seguida, buscar-se conhecer como aquelas determinações moldam o conjunto da população e seus movimentos.

Em toda a fase da acumulação primitiva, que ganha formas específicas em cada caso dependendo de como o capitalismo emergiu — uma advertência aos marxólogos que tendem a confundir sua estreiteza dogmática com o método de Marx — o “consumo” da força de trabalho pelo capital é extremamente predatório, como decorrência da brutalidade da exploração e dos processos de dissociação já referidos. A mortalidade da força de trabalho é, portanto, extremamente elevada: o magnífico — em seu terror — mural esboçado por Engels na descrição das condições de vida da classes trabalhadora inglesa de meados do século XIX, e obras de escritores como Dickens, ao lado dos inquéritos dos inspetores de trabalho tão utilizados por Marx, permanecem irrefutáveis. A “lei” de mortalidade da força de trabalho, que se estende para o conjunto da população operária sob o guante do custo de reprodução, parece estar determinada pela predominância, no processo, da extração de

mais-valia absoluta e dos métodos que lhe são peculiares. Esse “consumo” da força de trabalho, que não é apenas o consumo produtivo pelos meios de produção que valorizam o valor, é um *desgaste*, uma depredação da força de trabalho, que se reflete no padrão sanitário da população e, em última análise, na taxa de mortalidade. Ele é diretamente determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, na medida mesma em que o trabalhador ainda *não* transmitiu à máquina toda a sua virtualidade técnica, na medida mesma em que a ferramenta é ainda uma simples extensão do braço do trabalhador. Não apenas as formas primitivas de geração de energia “consomem” a força de trabalho, mas principalmente a máquina-ferramenta é o próprio trabalhador apenas instrumentado: para dar o exemplo clássico do tear, não apenas porque este é acionado a partir de energia hidráulica ou de vapor, mas principalmente porque o tear enquanto máquina é apenas um conjunto de partes *que é homogeneizado pela ação do trabalhador*, isto é, pela sua força de trabalho.

A reposição da força de trabalho assim depredada se dá principalmente pela invasão e conseqüente desarticulação das fronteiras do sistema, provocando o êxodo rural, antecipando a entrada precoce na força de trabalho, e todas as demais práticas já conhecidas. Apenas secundariamente essa reposição/ampliação é demográfica,⁸ isto é, via natalidade e fertilidade da própria classe trabalhadora: nem o trabalhador reproduz tendo em vista a criação de força de trabalho para o capital, nem este investe na reprodução humana, pois o ciclo de cada capital individual não pode coincidir senão por acaso com o ciclo de reprodução de cada família; esse procedimento seria *pensável* numa economia de trabalho compulsório, escravo, onde o trabalhador é *propriedade física* à semelhança da cria de qualquer espécie animal. Como já se adiantou páginas atrás, a fertilidade do trabalhador é, neste caso, determinada pela sua *naturalidade social operária*: ela será a biologicamente provável, num contexto de união conjugal para a defesa, em que o que se visa é a produção doméstica de valores de uso para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho *que é vendida* — geralmente a do homem — sendo os filhos um puro resultado que *não é pressuposto* para a constituição da família.

A passagem da predominância da extração de mais-valia absoluta para relativa, é um complexo de contradições sobejamente conhecido para não necessitar repeti-lo, já que não se tem nenhum reparo nem nada de novo a acrescentar. Importa reter os elementos cruciais do processo que forcem aquela passagem, advertindo-se desde logo para a evidência de que a assunção da mais-valia relativa como *forma predominante* não exclui a manutenção estrutural e conjuntural de extração de mais-valia absoluta. Os elementos essenciais, portanto, também insubstituíveis para as *demarches* deste trabalho

são, especificamente, do lado do capital, a concorrência intercapitalista que leva à concentração e centralização dos capitais, a transferência da virtualidade técnica do trabalhador para a máquina com a conseqüente elevação da composição orgânica do capital, dando como resultado duplamente determinado pela anarquia da produção capitalista — pelo ciclo — e pelas leis tendenciais de queda da taxa de lucro, a produção de uma população sobrando para o capital, um exército industrial de reserva; a existência deste, por sua vez, passa a ser uma alavanca da acumulação de capital.

Do ponto de vista do trabalhador e de sua classe como um todo, os elementos essenciais resumem-se em primeiro lugar, no desdobramento de sua anterior submissão formal em uma submissão *real* ao capital, sem o que não pode, inclusive, voltar a vender quotidianamente sua força de trabalho; em segundo lugar, o capital introjeta dentro da própria classe trabalhadora sua contradição específica: a competição interoperária na forma da existência do exército industrial de reserva. Em terceiro lugar, visto que o processo da acumulação se dá barateando o custo das mercadorias, o trabalhador e sua classe têm o seu custo de reprodução redefinido, barateado em relação ao capital, mas em constante elevação em termos de sua própria necessidade. Em outras palavras, esse barateamento do custo de reprodução não supõe a eliminação da apropriação do trabalho não-pago, mas exatamente sua preservação *através do aumento da produtividade do trabalho*.

O aumento da produtividade é crucial para a determinação dos novos padrões da mortalidade e fertilidade da força de trabalho. É por essa via, que o capitalismo realiza a síntese dialética da economia do trabalho humano *ao mesmo tempo que* aumenta a potência das forças de trabalho. Somente pode haver economia do trabalho se a potência das forças do trabalho for aumentada: concretamente, cada unidade de produto terá menor quantidade de trabalho humano, *apenas se* da mesma unidade de força de trabalho emanar maior quantidade de produto. A mortalidade da força de trabalho é diretamente afetada por esse salto qualitativo; tendo transferido sua virtualidade técnica à máquina, seu consumo de energia é drasticamente reduzido, ou melhor dizendo, processa-se uma mudança de forma no gasto de energia do trabalhador: no lugar de consumir a força de trabalho sob a forma elementar de energia muscular, a máquina consome agora energias mentais. Não se trata agora de o trabalhador conferir homogeneidade a um conjunto heterogêneo de partes, mas de o trabalhador programar a máquina; ao invés de operar um tear, ele operará vinte. A contradição permanece, advirta-se desde logo: não apenas o trabalho excedente dentro de cada unidade de produto aumentará, como o trabalhador continuará vendendo sua força de trabalho pela qual receberá o salário e *dando de graça* o específico valor de uso dessa força de trabalho, o qual somente pode ser utilizado pelo capital.

A experiência histórica poderia nos socorrer abundantemente na indicação das mudanças operadas nos quadros nosológicos da classe operária, especialmente nas chamadas “doenças do trabalho”, e na dilatação da vida média; entretanto, importa demonstrar que esse processo emana dialeticamente do próprio antagonismo das forças, é *inerente* à relação social básica que subjaz no capitalismo: a apropriação do trabalho não-pago. Essa dialética *preserva o gasto das forças de trabalho* para poder empregá-las, aumenta a produtividade do trabalho para poder dispensá-lo. Ao mudar a forma do consumo de energia da pura força muscular para formas potenciadas agora pela virtualidade técnica da máquina, o capital eleva necessariamente sua composição orgânica, destrói outros capitais, concentra-se, *produz* outro trabalhador e produz uma nova população para o capital. A esse processo estão intimamente ligados a educação e o treinamento da própria classe trabalhadora e o seu nível de saúde.

As modificações da mortalidade da força de trabalho são importantes e são parte essencial desse processo. À medida que a forma do consumo da energia da força de trabalho se modifica, a vida média da força de trabalho aumenta: um mesmo trabalhador permanece mais tempo na força de trabalho e *simultaneamente* esta sua força de trabalho aumenta, pois agora produz mais unidades de produto por unidade de força de trabalho consumida. Estes elementos são os que, dialeticamente, constituem a *fertilidade* da força de trabalho; pois é simultaneamente o aumento da exposição ou da permanência na força de trabalho e o aumento de produtividade desta que *criam e alimentam* o exército industrial de reserva.

Como esta *fertilidade* da força de trabalho se reflete e modifica a fertilidade da população e especialmente da população operária? Dialeticamente, *o aumento da fertilidade da força de trabalho determina uma diminuição da fertilidade da população operária*, através de dois mecanismos convergentes. Em primeiro lugar, o aumento da fertilidade da força de trabalho é o exército industrial de reserva, cuja manutenção é *um custo da fração ativa* da força de trabalho; não é o capital que mantém o exército industrial de reserva, não se deduz da mais-valia o financiamento dessa reserva para o capital. É a fração empregada da força de trabalho que mantém sua fração desempregada. Ao mesmo tempo, *et pour cause*, devido à total mercantilização do custo de reprodução da força de trabalho, que inclui agora a manutenção de sua parcela desempregada, a produção doméstica de valores de uso torna-se inviável. Nestas condições, e por força de outros fatores, o tamanho da família tende a contrair-se, ao contrário do que se passava no período concorrencial do capitalismo. Aumento de permanência da força de trabalho em funções, aumento da fertilidade da força de trabalho, manutenção da fração desempregada da força de trabalho, preparação da fração latente do exército industrial de

reserva (os filhos), tendem a produzir um tamanho médio de família operária menor.

Neste processo, desempenha agora papel crucial um novo ator: *a classe para si*. A organização do operariado em seus sindicatos e a nível político são elementos *endógenos* dessa dialética, que influem na mortalidade e fertilidade da força de trabalho e na mortalidade e fertilidade da população operária. Surgindo da própria contradição, a organização da classe para si vai, por sua vez, fecundá-la: lutando para diminuir a jornada de trabalho, opondo-se ao consumo depredatório da força de trabalho, *a classe para si* força a elevação da composição orgânica do capital, a qual por sua vez desencadeia uma dinâmica sobre a mortalidade e a fertilidade da força de trabalho que se tentou descrever anteriormente. A passagem da “classe em si” para a “classe para si” é a passagem da *animalidade social operária* para a *personalidade social operária*. Afeta a mortalidade da força de trabalho na medida mesma em que se opõe ao seu consumo depredatório; afeta a fertilidade da força de trabalho na medida mesma em que impede que o capital *jogue impunemente* no exército industrial de reserva frações crescentes da população operária. Esse “jogue impunemente” significa dizer que a manutenção do exército industrial de reserva não caberá *apenas* à fração em funções da força de trabalho; terá que caber agora *também* à mais-valia, na forma transformada do imposto e do seguro social, os quais por sua vez implicam num crescimento dos gastos improdutivos do Estado, afetando as condições de reprodução do capital e particularmente a formação e os níveis da taxa de lucro.

IV. MEDICINA PREVENTIVA E REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO

Alguns progressos da medicina preventiva em nosso século têm, evidentemente, profundas repercussões sobre o estado sanitário das populações e, portanto, sobre a mortalidade e a fertilidade. O problema principal que esses avanços colocam é o de que, rigorosamente, a adoção de certas técnicas de medicina preventiva *não passam diretamente pelo capital em funções*, isto é, não emanam da dialética do consumo de força de trabalho pelo capital constante; são, sem nenhuma dúvida, funções do capital global ou mais precisamente, do nível do desenvolvimento das forças produtivas *em geral*. Referimo-nos aqui aos progressos da medicina preventiva que, em nosso século, determinaram profundas transformações no controle de epidemias, como por exemplo, a malária. Estas transformações se deram, com especialidade, nos países periféricos do sistema capitalista, já que nos mais avançados o controle de epidemias *precedeu* a essas conquistas da medicina preventiva.

Nossa perspectiva é a de que esses progressos da medicina preventiva funcionam como se *fossem* um mecanismo a mais de criação/ampliação do exército industrial de reserva nos países mais atrasados do sistema capitalista. Precisamente porque o controle epidemiológico incide diretamente sobre a mortalidade, elevando a vida média e a expectativa de vida, seu resultado mais imediato é um incremento da *fertilidade da força de trabalho*, isto é, da ampliação da permanência dos mesmos indivíduos na força de trabalho, em idade ativa (não se trata de incremento da fertilidade da população). Tem-se aqui, pois, um resultado duplamente determinado: a baixa da mortalidade leva diretamente a um incremento da fertilidade da força de trabalho. Quais são as repercussões desse resultado sobre a reprodução da população?

No campo, ali onde a penetração do capital não submeteu ainda totalmente a esfera da produção, essa diminuição da mortalidade/aumento da fertilidade da força de trabalho desempenhará o papel de fazer crescer a oferta de força de trabalho. Se as condições de acesso à terra não estiverem bloqueadas, a reprodução da família camponesa ou semi-camponesa se dará na forma tradicional: seja pelo aumento das extensões cultivadas na mesma unidade, seja pela cissiparidade das famílias com a constituição de novas unidades produtivas. Para isto requer-se, no entanto, que a demanda do *produto comercial*, cujo valor é rebaixado exatamente pelo seu consórcio com a agricultura que é o fundo de subsistência da família camponesa, esteja em ascensão, pelo menos à mesma taxa do incremento demográfico. Este mecanismo responde pelo duplo crescimento do binômio latifúndio-minifúndio. Esse mecanismo é reforçado também pelo crescimento da demanda urbana de alimentos, cujo abastecimento era antes função dos excedentes de produtos que constituem o próprio fundo de subsistência da família camponesa; no limite, e, em certos casos, a relação pode inverter-se e a produção chamada de subsistência converter-se primordialmente em produção para a comercialização. No entanto, esta última transformação é quase sempre bloqueada pelo aumento da renda da terra e pelo controle do acesso às novas terras. Esse conjunto de processos leva à manutenção do padrão de fertilidade da população agrária, pelo reforço à produção doméstica de valores de uso.

Ali onde o bloqueio à terra é rígido e dificilmente transponível, essa redução da mortalidade/incremento da fertilidade da força de trabalho *tende* a gerar imediatamente o chamado "excedente populacional", pois a força de trabalho assim incrementada não encontra condições de ser "consumida", ao mesmo tempo em que a fertilidade da população continua a ser reforçada pela produção doméstica de valores de uso; o trânsito para formas artesanais desses valores de uso, que ingressariam na esfera do capital mercantil é *barrado* pela competição dos produtos industriais. O "excedente populacional" que se forma é drenado para fora de suas regiões de produção e ali-

mentará o exército industrial de reserva migratório em todas as direções: campo-campo, campo-cidade, com algumas escalas itinerantes do tipo cidade-campo e cidade-cidade.

No pólo da acumulação urbano-industrial, o controle das epidemias é de certa forma parte do complexo de mudanças no “consumo” da força de trabalho, cujo resultado é um novo ambiente, produzido pela interação da tendência daquele “consumo” com a utilização de serviços sanitários de um modo geral. Neste caso, a redução da mortalidade/incremento da fertilidade da força de trabalho mostra bem mais visivelmente seus resultados na ampliação do exército industrial de reserva. Aqui, ajudado pela migração campo-cidade, a ampliação do exército industrial de reserva agudiza a competição inter-trabalhadores, e, ao contrário do que se passa no campo, onde os “excedentes populacionais” são constituídos maiormente pelas frações etárias mais jovens, dá-se uma precoce expulsão dos mais velhos da força de trabalho e, simultaneamente, uma incorporação mais rápida da força de trabalho mais jovem, inclusive de menores.

Essa *fertilidade da força de trabalho* na cidade produz resultados antagônicos na mortalidade da força de trabalho. Em primeiro lugar, pela expulsão precoce dos mais velhos da força de trabalho; em segundo lugar, pela violência da competição inter-trabalhadores, que rebaixa os salários-reais, ampliando as frações latentes e não-em-funções da força de trabalho. Demograficamente, as repercussões sobre a mortalidade e a fertilidade da população *tendem* a contrabalançar a “economia de trabalho humano” gestadas pela relação dialética “consumo da força de trabalho-mudanças na composição orgânica do capital”, e a reinstaurar altas taxas de mortalidade; os aumentos da produtividade do trabalho passam a ser apropriados em tendência crescente pelo capital, com a deterioração das condições de vida do trabalhador urbano. Essa determinação pelo lado da mortalidade repercute sobre a fertilidade, reinstaurando — se é que chegou a ser eliminada — uma *animalidade social operária*, que tem como arma de defesa exatamente a produção doméstica de valores de uso. Na cidade, essa produção doméstica de valores de uso toma várias formas e se dá em vários “locais” de produção: seja na própria residência operária — e o crescimento da produção e conseqüente venda de máquinas de costura ilustra bem esse caso — seja na rua, na produção de valores de uso “invisíveis” — quase todos os serviços pessoais ou de consumo —, seja na residência de outra classe social, na forma do emprego doméstico de mulheres. O tamanho da família é, de novo, um resultado que *não* é pressuposto, pois se está de volta a um padrão reprodutivo determinado pela *animalidade social operária*.

Fica claro que, nestas condições, avanços da medicina preventiva que *imediatamente* estão *descolados* do processo de consumo de força de traba-

lho têm um caráter meramente transitório, mas esta transitoriedade funciona como um alimentador/ampliador do exército industrial de reserva. É evidente, portanto, que as modificações mais radicais e mais permanentes no estado sanitário da população, e particularmente da população operária, somente podem resultar de câmbios importantes no processo de consumo da força de trabalho, no "gasto de trabalho", o qual por sua vez induzirá a transformações na mortalidade e fertilidade da população.

NOTAS

- (*) Estas notas ampliam o conteúdo de certas idéias contidas em texto preparado para discussão interna no CEBRAP. Agradeço a Elza Berquó, Cândido Procopio Ferreira de Camargo, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Arakcy Martins Rodrigues, Vilmar Faria e Neide Patarra, a oportunidade da discussão. Entretanto, é a meu mestre e amigo Mário Magalhães da Silveira a quem devo talvez a idéia central deste trabalho, a do estado sanitário das populações como um reflexo do "consumo" das forças de trabalho. Embora seja óbvia sua não-responsabilidade para com este texto, quero deixar consignado aqui meu reconhecimento. Nesta versão, o texto foi preparado para o *Seminar on the Population Growth and Agrarian Change*, realizado na Cidade do México, entre 15 e 17 de dezembro de 1975, sob a responsabilidade do Committee on Economics and Demography da International Union for the Scientific Study of Population. Agradeço, finalmente, tanto ao CEBRAP, quanto ao International Development Research Center, pelo patrocínio dos custos do trabalho. Não quero, ainda, retirar o caráter de *notas* desta versão.
- (1) *El Capital*, vol. I, cap. XXIII, "La Ley General de la Acumulacion Capitalista", pp. 534-535, de la edición del Fondo de Cultura Económica, México, Octava Reimpresión, 1973. Traducción de Wenceslao Roces. Daqui por diante, todas as citações de *El Capital* referem-se a essa edição.
 - (2) Em sua famosa *Introdução*, Marx critica exatamente o tipo de estudo que parte da população como um todo: "Parece justo comenzar por lo real y lo concreto, por el supuesto efectivo; así, por ej., en la economía, por la población que es la base y el sujeto del acto social de la producción en su conjunto. Sin embargo, si se examina con mayor atención, esto se revela [[como]] falso. La población es una abstracción si deajo de lado, por exemplo, las clases de que se compone..." *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador) 1857-1858*, vol. I, Siglo XXI, Argentina Editores trad. Pedro Scarón., 4ª edición corregida, Buenos Aires, 1973.
 - (3) A tentativa que aqui se faz com respeito à mortalidade suporta-se principalmente no cap. VIII de *El Capital*, "La jornada de trabajo" e no referido cap. XXIII, "La ley general de la acumulacion capitalista", especialmente item 5: "Ilustración de la ley general de la acumulación capitalista".
 - (4) *El Capital*, op. cit., cap. XXIII, item 4 "Diversas Modalidades de la *superpoblación* relativa", p. 543.
 - (5) Isto deveria servir para recolocar, sob certos aspectos, a questão da emancipação feminina. O argumento freqüentemente esgrimido de que o casamento é uma forma de exploração da mulher pelo homem na família operária, transfere para

o vendedor mais comum da força de trabalho no casal, um atributo de exploração que é o do capital.

- (6) Marx, *El Capital*, op. cit.: “. . . , tan pronto como se dan cuenta de que el grado de intensidad de la competencia entablada entre ellos mismos, depende completamente de la presión ejercida por la superpoblación relativa; tan pronto como, observando esto, procura implantar, por medio de los sindicatos, etc, un plan de cooperación entre los obreros en activo y los parados, para anular o por lo menos atenuar los desastrosos efectos que aquella *ley natural de la producción capitalista* acarrea para su clase. . .” Cap. XXIII, item 3, “Producción Progressiva de una Superpoblación Relativa o Ejército Industrial de Reserva”, pgs. 542.
- (7) “Este curso peculiar de la industria moderna, que no se conoce en ninguna de las épocas anteriores de la humanidad, no hubiera sido concebible tampoco en los años de infancia de la producción capitalista. La composición del capital fué transformando-se lentamente. Por eso su acumulación hacía crecer, en general, la demanda de trabajo. Lentamente, como los progressos de su acumulación, comparados con los de la época moderna, iba tropezando con las barreras naturales de la población obrera explotable, barreras que solo podían derribar-se por los medios violentos de que hablaremos más adelante. . .” *El Capital*, op. cit cap. XXIII, pp. 535-536.
- (8) Mesmo os movimentos migratórios constituem um aspecto essencial da *fertilidade da força de trabalho*, e não são um movimento demográfico propriamente dito. As migrações são, sempre, um fenômeno de cunho *classista*, isto é, são frações de uma determinada classe social que migram; sob o capitalismo as migrações, tanto no sentido mais óbvio campo-cidade, como em outros sentidos, campo-campo, cidade-campo ou cidade-cidade, representam momentos da formação do exército industrial de reserva. Em outra parte deste trabalho, tentar-se-á uma explicitação das situações em que essas migrações se revestem da aparência de “excedente populacional” nas regiões emissoras e “população marginal” nas regiões receptoras.